



A formação do professor de psicologia: um estudo dos editoriais da revista “Psicologia: Ensino & Formação” entre 2010 e 2015

Rodolfo Luís Leite Batista

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Doutor em Educação

rodolfoforllb@ufjf.br

Ataualpa Luiz de Oliveira

Instituto Federal de São João del Rei – IF Sudeste MG, Campus São João Del Rei

Doutor em Psicologia

ataualpa.oliveira@ifsudestemg.edu.br

Resumo: No Brasil, a história do ensino de psicologia é marcada por controvérsias na legislação e na organização de seu sistema educacional. Nesse contexto, pouco se discute sobre a licenciatura em psicologia – uma das modalidades de graduação – e tem-se dificuldade na definição do perfil profissional do licenciado. Neste artigo, realiza-se uma pesquisa documental em corpus construído com editoriais da revista “Psicologia: Ensino & Formação”, publicados pela Associação Brasileira de Ensino da Psicologia entre 2010 e 2015. Como resultados, apresentam-se as estratégias discursivas de construção das posições de autor e de leitor e descrevem-se os enunciados relacionados aos descritores *psicologia*, *formação em psicologia*, *ensino de psicologia* e *professor de psicologia* divulgados em editoriais desse periódico científico. Espera-se contribuir para a reflexão contemporânea sobre as formas de atuação do psicólogo em seus diálogos com a Educação.

Palavras-chave: Formação do professor; ensino; Psicologia; licenciatura em Psicologia.

Introdução¹

A difusão e a consolidação de ciências e de disciplinas acontecem de diversas formas, dentre as quais os processos de ensino desempenham papel significativo. Para a psicologia, campo de produção de saberes sobre o ser humano em suas várias dimensões, isso não acontece de modo diferente. Neste artigo, a psicologia é compreendida como uma forma cultural, historicamente determinada, que se constitui e sofre influência dos meios em que é produzida e divulgada. Nele, busca-se refletir sobre uma das modalidades de atuação profissional para graduados em psicologia, a licenciatura, investigando discursos veiculados em um periódico brasileiro dedicado à reflexão teórica e a relatos de experiência sobre o ensino e a formação em psicologia.

A psicologia pode ser caracterizada como uma disciplina e um conjunto de práticas profissionais. De um lado, é uma disciplina autônoma dedicada a determinados objetos de investigação, orientada por critérios epistemológicos e metodológicos e ensinada predominantemente em contexto universitário. Gundlach (2012) enfatiza que uma disciplina existe em razão da transmissão de um conjunto de conhecimentos mediante processos de ensino e da constituição de um grupo de especialistas socialmente reconhecidos, o que permitiria estabelecer uma diferenciação entre ciência e disciplina psicológica. De outro, devido a necessidade de aproveitamento prático oriunda da tradição positivista, a psicologia estabeleceu-se historicamente como um conjunto de técnicas e práticas profissionais aplicadas aos campos da ação humana. No Brasil, desde as décadas finais do século XIX, a história da psicologia esteve ligada à sua aplicação a problemas educacionais ou médicos e em situações de trabalho (Antunes, 2012). Os diferentes projetos de psicologia eram ensinados em cursos de formação de professores, serviam ao estabelecimento de critérios para a clínica e à seleção de trabalhadores para indústrias. Com base nessa caracterização, definiu-se historicamente o perfil profissional do psicólogo como um especialista em técnicas de investigação de fenômenos psíquicos e professor de certo campo de conhecimento.

¹ Este artigo foi escrito em 2016, momento em que o primeiro autor era estudante do curso de pós-graduação em Didática e Trabalho Docente, e é publicado em seu formato original. Essa decisão se justifica, uma vez que os debates acerca da licenciatura em psicologia sofreram significativas modificações a partir da formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) em Psicologia. Essas DCNs estão em vigor desde outubro de 2023. De igual modo, a revista “Psicologia: Ensino & Formação” sofreu mudanças editoriais, tendo publicado dois volumes em 2016 e 2017. Nesse sentido, este artigo deve ser lido tendo em consideração seu contexto original de escrita e argumentação.

A pesquisa documental apresentada foi realizada com editoriais publicados na revista “Psicologia: Ensino & Formação”, entre 2010 e 2015. Espera-se que este artigo promova discussões acerca de uma das modalidades de atuação do graduado em psicologia e sobre o funcionamento da comunidade acadêmica interessada pelo ensino e formação dessa disciplina. Inicialmente, expõe-se uma síntese do histórico do ensino de psicologia no país e da construção do perfil profissional de seu licenciado. Defende-se a investigação do editorial como gênero textual acadêmico. Em seguida, descrevem-se os aspectos metodológicos e procedimentos de pesquisa adotados. Por fim, apresentam-se os resultados produzidos e algumas considerações para pesquisas posteriores.

1 Um breve histórico do ensino da psicologia e a construção do perfil do licenciado em Psicologia

As relações com a educação são fundamentais para o processo de constituição da psicologia como uma disciplina autônoma. Nesse âmbito, a psicologia tem oferecido conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e gerado estratégias para sua aplicação a demandas escolares, mediante a criação de instrumentos de avaliação cognitiva, por exemplo. Considerada como um conjunto de saberes úteis para a docência, a psicologia constituiu-se como conteúdo a ser ensinado em cursos de formação de professores.

A narrativa histórica do ensino da psicologia auxilia a entender o processo de difusão dessa disciplina no país. Nesse sentido, argumenta-se que o perfil do licenciado em psicologia se define na articulação entre as demandas da sociedade brasileira e a legislação concernente à formação de professores e de psicólogos. De acordo com Antunes (2012), as primeiras referências ao ensino de disciplinas que levavam em seu título o termo “psicologia” aconteceu mediante as reformas educacionais propostas por Benjamin Constant, em 1890. Nessa reforma, de orientação republicana, laica e cientificista, as cadeiras de Filosofia e Pedagogia foram transformadas em “Psicologia e Lógica e Pedagogia e Psicologia”, respectivamente. Nesse período, os conteúdos eram ensinados em laboratórios experimentais por profissionais de diversas formações – como pedagogos, filósofos, médicos e advogados – interessados em temáticas psicológicas.

As reformas educacionais ocorridas entre as décadas de 1920 e 1930, propiciaram a vinda de especialistas estrangeiros, inaugurando nova fase do ensino de psicologia no país. Continuava a importação de conhecimentos produzidos em países europeus – principalmente,

francófonos – e nos Estados Unidos, como exemplificam a vinda de Helena Antipoff para Belo Horizonte e a visita de Henri Wallon ao Rio de Janeiro. Em 1934, o ensino de psicologia passou a ser obrigatório nos cursos de Filosofia, Pedagogia e Ciências Sociais. Ao longo do século XX, a presença da disciplina psicológica na formação de professores ampliou-se gradativamente, passando a ser ensinada em escolas normais e em institutos de educação e definindo-se como parâmetro para práticas pedagógicas. De acordo com Turci, Cirino e Lourenço (2016), as primeiras discussões acerca da regulamentação da profissão de psicólogo remontam tais reformas e se desdobraram nas décadas seguintes.

A regulamentação da psicologia é fruto de longo processo de debates entre especialistas, associações científicas e órgãos ligados ao Ministério da Educação. O primeiro artigo da Lei n. 4.119, de 1962, sancionada pelo presidente da República João Goulart, estabeleceu o bacharelado, a formação do psicólogo e a licenciatura como modalidades obrigatórias do curso superior de psicologia. A partir dessa lei, definiram-se normas gerais para os primeiros currículos, criando-se uma profissão. No entanto, a lei não determinou detalhadamente os ambientes de trabalho e as funções características de cada categoria, cabendo à legislação posterior delimitar as especificidades da graduação e do campo de atuação do licenciado em psicologia – o que, de fato, não chegou a acontecer.

Lemos (2008) descreve as diversas contradições presentes entre o currículo mínimo de psicologia e a legislação brasileira sobre a formação de professores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 1961, vigente à época da regulamentação, não trazia exigências para a formação do professor ou determinava o ensino de psicologia para o 2º grau. No período, o ensino secundário era considerado como preparatório ao ingresso no nível universitário e no mundo do trabalho, não havendo espaço para formação humana mais ampla. Nesse mesmo sentido, Turci e colaboradores (2016) mostram que, já no anteprojeto de regulamentação de 1953, a redação do termo utilizado para a licenciatura não correspondia especificamente ao magistério ou à docência, mas à aplicação da psicologia a áreas distintas.

Em 1964, o decreto n. 53.464 ampliou a possibilidade de atuação do licenciado de psicologia para todos os níveis de ensino. Todavia permaneciam as indefinições referentes às especificidades de competências de cada modalidade de graduação em psicologia (Lemos, 2008).

Os desdobramentos legais ocorridos ao longo da década de 1970 buscavam alterar esse cenário. A nova Lei de Diretrizes e Bases n. 5.692, de 1971, promulgada durante a ditadura militar, determinou a exigência mínima do título de licenciado para atuar como professor nos

1º e 2º graus. No que tange à formação mínima para o professor de psicologia, havia uma consonância entre a legislação educacional e a Lei n. 4.119, de 1962. Apesar disso, a disciplina não fazia parte do currículo do ensino secundário, uma vez que o regime ditatorial restringia a veiculação de conteúdos que potencializassem o debate sobre a realidade brasileira. Ou seja, a atuação do licenciado em psicologia se restringia aos ensinos técnico e superior e caracterizava-se por um viés psicotécnico.

O decreto n. 79.822, publicado em 1977, estabeleceu as funções dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia, órgãos de controle e de fiscalização do exercício da profissão criados em 1971, possibilitando a criação de documento específico sobre as atribuições profissionais do psicólogo. Nele, os critérios de formação e de atuação do licenciado não foram esclarecidos e sua caracterização foi dissolvida entre as do bacharel e do psicólogo. Durante a década de 1980, novas reformas foram propostas para os cursos de graduação, mas ainda não se tinha clareza sobre o perfil do professor de psicologia nos diferentes níveis de educação. Considera-se que a discussão sobre o ensino de psicologia foi historicamente relegada em detrimento, principalmente, da representação de uma atuação profissional predominantemente clínica.

O panorama contemporâneo do ensino de psicologia está circunscrito pela Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394, de 1996, que determina a regulamentação de cursos superiores; pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (as DCNs) e legislação complementar. Hoje, a docência na Educação Básica define-se como campo de atuação possível ao licenciado em psicologia. Tal como apresenta Lemos:

[...] um licenciado em Psicologia é um bacharel em Psicologia e/ou psicólogo que fez uma formação complementar em licenciatura e dedica-se à atuação docente como professor de Psicologia na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de nível médio e Educação de Jovens e Adultos). Embora o licenciado tenha, por lei, seus direitos garantidos para atuar como docente, observa-se que esta garantia não é reproduzida nos costumes (Lemos, 2008, p. 98).

O decreto n. 3.276, de 1999 estabeleceu a formação superior como exigência mínima para atuação como professor na Educação Básica, sendo que o ensino de disciplinas especializadas deveria ser exercido exclusivamente por profissionais licenciados. Embora a psicologia não fizesse parte do currículo desse nível de ensino, sua docência estava vetada ao bacharel ou ao psicólogo.

É defensável a inserção do ensino da psicologia na Educação Básica. Machado (2016) argumenta que a presença da disciplina no Ensino Médio se relaciona à concepção de que essa etapa não é somente preparação para a inserção no mercado de trabalho, mas período de formação de cidadãos autônomos e capazes de agir sobre a realidade brasileira. Desse modo, tornam-se evidentes os aspectos político-ideológicos envolvidos nas políticas públicas educacionais ligadas ao ensino de psicologia no Brasil. O cenário contemporâneo de reformas do Ensino Médio torna cada vez mais distante o retorno da psicologia, como conteúdo potencializador do exercício pleno da cidadania, na educação brasileira, haja vista a flexibilização de currículos sob o pretexto de modernização do sistema escolar.

Em relação ao nível superior, o ensino de psicologia está ligado especialmente a seu curso de graduação, aos de licenciatura e de profissões técnicas. Nesse caso, ela é lecionada por profissionais com formação inicial em psicologia – sem especificação de modalidade – e frequentemente com titulação específica em suas subáreas, como Psicologia da Educação ou do Trabalho. Em termos gerais, a legislação brasileira estabelece como exigência mínima o título de graduação para a docência em nível superior, persistindo as contradições legais em relação à formação mínima necessária para atuar como professor de psicologia nos diversos níveis de ensino.

As atuais DCNs para os cursos de psicologia, definidas pela resolução CNE/CES n. 5, de 2011, estabelecem normas para um projeto pedagógico complementar para a licenciatura em psicologia, mas são inconclusivas sobre sua efetiva aplicação. As fragilidades encontradas na licenciatura em psicologia, as dificuldades de inserção em políticas públicas e a ausência desse conteúdo na Educação Básica resultam na desconsideração dos estudantes por essa possibilidade de atuação profissional. Desse modo, ainda que exista como alternativa, vê-se uma contínua diminuição do número de cursos disponíveis para essa modalidade de formação (Lemos, 2008).

2 O editorial como gênero textual acadêmico e fonte de pesquisa histórica

O caráter social das disciplinas exige a criação de estratégias para a circulação de informações e a comunicação entre especialistas. Os diferentes modelos de comunicação

científica² – como o resumo, o artigo, a dissertação ou a apresentação oral – variam conforme o domínio do conhecimento e a intenção do autor em relação a seu público. Desse modo, a investigação sobre esse tipo de comunicação permite descrever os aspectos envolvidos em práticas sociais classificadas como acadêmicas ou científicas e evidenciar a existência de elementos que determinam as formas pelas quais ela acontece. O conceito gênero textual acadêmico caracteriza esse tipo de comunicação.

Os gêneros textuais definem os modos de organização e de controle presentes em qualquer atividade comunicativa, pois determinam as formas pelas quais a linguagem deve ser utilizada em certo contexto. Eles criam audiências, pois são destinados a públicos-alvo específicos que compartilham o funcionamento da estrutura textual previamente convencionada e utilizam-na a fim de obter informações específicas (Araújo, 2004). Tratam-se de sistemas de comunicação, organizados com estrutura própria, que apresentam funções específicas para uma comunidade disciplinar. Eles dão origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos e estabelecem estruturas relativamente estáveis de comunicação (Araújo, 2004). Na atualidade, a organização das disciplinas considera o artigo científico divulgado em periódicos como o principal gênero acadêmico.

Os cientistas constituem-se como um grupo que, por dominar um conjunto de regras e dispositivos de produção e difusão do conhecimento, ocupa nicho social específico ao qual é atribuído respeitabilidade em razão de sua condição profissional (Cruz, 2008). Aos especialistas em qualquer disciplina – aos psicólogos, por exemplo – é dada autoridade para definir um conjunto de concepções, muitas vezes tidas como verdades, que circulam no meio social mais amplo. Nesse contexto, estudar o gênero acadêmico permite aprender sobre as tendências e o comportamento dessa comunidade.

O discurso acadêmico se engendra por meio de estratégias, decodificadas por leitores experientes que reconhecem suas normas de funcionamento. Por isso, um pesquisador experiente é capaz de identificar e produzir de resumos a artigos, enquanto um estudante iniciante em um curso de graduação pode encontrar dificuldades em redigir uma resenha solicitada pelo professor (Marinho, 2010).

Em virtude de seu papel de divulgação formal do conhecimento, os periódicos científicos tornam-se fontes primárias relevantes para a realização de pesquisas sobre o

² Por comunicação científica, compreende-se o complexo processo de transmissão de informação de valor científico, mediante o entrelaçamento de diferentes canais, instituições e agentes – como o pesquisador, o leitor, o revisor, os pareceristas etc. (Cruz, 2008).

desenvolvimento social e histórico de disciplinas e a avaliação de um campo de conhecimento (Cruz, 2008). O periódico age como um dispositivo de controle das temáticas que circulam em certas comunidades científicas: os pareceres emitidos pelos consultores de uma revista podem estimular pesquisas sobre determinados temas e criar obstáculos para a divulgação de certas discussões. Para Baltar e colaboradores (2011):

[...] O trânsito de textos ou discursos do gênero artigo acadêmico no ambiente universitário e científico traz consigo significativas possibilidades de formação de opiniões, de conquista, de adesão a diferentes testes, de constituição de escolas de pensamento, ou, ao contrário, contribui para desestabilizar escolas e concepções já legitimadas (Baltar; Cerutti-Rizzatti; Zandomenego, 2011).

Este artigo se debruça sobre um tipo de comunicação formal em comunidades científicas, o editorial. O editorial é o texto de abertura de publicações periódicas, no qual são expressos a opinião e comentários acerca dos conteúdos veiculados na edição. Em revistas acadêmicas, é frequentemente assinado pelo editor-chefe, conselho editorial ou editor-responsável por dossiês temáticos. Dessa forma, considerar editoriais como fontes de pesquisa histórica possibilita construir narrativas sobre a publicação, descrever as temáticas difundidas e observar o funcionamento histórico e social de uma disciplina. Esses aspectos podem ser investigados mediante o levantamento de eventos científicos divulgados e o cruzamento de informações sobre o expediente do periódico e os assuntos mais frequentes na publicação.

3. Procedimentos de pesquisa

Este trabalho define-se como uma pesquisa documental, sendo que o corpus investigado foi construído com editoriais da revista “Psicologia: Ensino & Formação” publicados desde sua criação, em 2010, até o lançamento de seu número mais recente, em 2015. Nesse período, foram publicados seis volumes da revista, sendo cinco deles de acesso livre no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia – PePsic³, totalizando nove números. O terceiro volume, referente ao ano de 2012, não se encontra disponível. O periódico – provavelmente, o único dedicado exclusivamente à temática no país – objetiva divulgar o conhecimento sobre o ensino de psicologia e a formação de psicólogos sob perspectivas didáticas, éticas,

³ O PePsic é uma fonte de publicações acadêmicas da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia da União Latino-americana de Entidades de Psicologia com acesso gratuito pela internet.

epistemológicas e metodológicas. Ele apresenta corpo editorial formado por professores e pesquisadores de diversas instituições brasileiras e seus artigos são publicados após processo de revisão por pares. O público-alvo da revista são professores e estudantes de psicologia dos diversos níveis de ensino, psicólogos, educadores e demais interessados.

A revista “Psicologia: Ensino & Formação” é publicada pela Associação Brasileira de Ensino da Psicologia – ABEP. Essa entidade nacional e de caráter educacional, fundada em 28 de maio de 1999, foi criada para problematizar, estimular e aprimorar o ensino da psicologia nos diversos níveis de ensino do país. Desde seu início, ela congrega sócios institucionais (como órgãos de classe e conselhos profissionais) e sócios individuais (como psicólogos, estudantes e professores) interessados em debates sobre a formação e o ensino da psicologia. Essa entidade auxilia na avaliação de cursos de graduação e promove debates sobre a licenciatura em psicologia e seus respectivos cursos.

No conjunto de nove números investigados, três deles são dossiês temáticos⁴ produzidos a partir de demanda não-espontânea da comunidade científica. Eles evidenciam o esforço dos responsáveis pela revista em gerar conteúdo sobre a temática e, em algumas edições, privilegiam reflexões com base na perspectiva teórico-metodológica da psicologia cognitivo-comportamental. Os números mais recentes são resultado de evento organizado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e servem como registro histórico da organização desse campo de pesquisa.

A análise foi realizada com base em leituras sistemáticas do corpus a fim de identificar elementos que permitissem descrever a posição discursiva construída pelos autores dos editoriais; o público idealizado para os textos e os termos ligados aos descritores “psicologia, formação em psicologia, ensino de psicologia e professor de psicologia”. Também foram pesquisadas informações de contexto, como o histórico institucional da publicação e da entidade por ela responsável e a formação acadêmica de seus editores.

4. Resultados da análise

4.1. Os autores e o público idealizado dos editoriais

⁴ Em 2014, foram publicados os dossiês “Ensino de Psicologia: debate sobre a formação do professor de psicologia e Ensino Médio em debate: docência e crenças de eficácia pessoal e coletiva de docentes e gestores”. Em 2015, “Ensino Médio em debate: crenças de eficácia discente, estratégias de estudo e desengajamento moral em escolas”.

Foram encontrados dois tipos de assinatura nos editoriais: a maioria, foi feita nominalmente por pesquisadores de universidades brasileiras. Todos têm formação inicial em Psicologia e pós-graduação em áreas da Psicologia e/ou Educação, realizadas em instituições públicas ou confessionais da região Sudeste. Atuam como professores ou são docentes aposentados de universidades públicas. Às suas assinaturas, seguiram-se diversas funções na associação ou na revista, sendo elas: presidente da ABEP, editor, editora-assistente, editora-associada e equipe editorial. Além disso, nos dossiês temáticos, ocorre a assinatura institucional do Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia Cognitiva e Comportamental, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Discursivamente, as estratégias para a delimitação da posição de autoria nos editoriais podem ser sistematizadas em um duplo sentido. De um lado, há textos em que os editores utilizam a terceira pessoa do singular para não assumirem o papel de membros da ABEP e manterem-se distanciados dos leitores da revista. O editor instiga a leitura da revista e a produção de conhecimento. Ele age como especialista e se responsabiliza pela criação de um ambiente de debate sobre a publicação:

[...] Com o apoio da Psicologia, **busca-se auxiliar a prática de profissionais comprometidos ética e legalmente com direitos da população infanto-juvenil nas áreas clínica, social, escolar e judiciária. Inserindo o leitor nesta perspectiva de reflexão sobre a importância da Psicologia nas relações institucionais**, espera-se criar um espaço de discussão sobre **um ensino significativo de Psicologia, capaz de lançar novos olhares sobre os temas já conhecidos e aqueles que nos desafiam na atualidade** (Sarmiento, 2013, p. 2, grifos nossos).

De outro lado, ocorre também a utilização de pronomes e terminações verbais da primeira pessoa do plural, colocando autores e leitores no mesmo espaço argumentativo em favor do ensino e da formação em psicologia. Constrói-se um campo temático que deve ser discutido por *nós*, coletivo formado por psicólogos, professores e estudantes de psicologia e demais interessados (Sarmiento, 2013).

Existem menções ao público idealizado para o periódico em praticamente todos os números pesquisados. Ele é descrito como uma comunidade de leitores formada por aqueles que trabalham na formação de professores de psicologia e outras disciplinas; docentes, responsáveis especificamente pelo ensino de psicologia; estudantes e profissionais em contínuo processo de aperfeiçoamento; psicólogos do Brasil e da América Latina. Ou seja, “[...] No sentido mais amplo que tal experiência possa ter, não importa se **você é professor ou aluno**,

da graduação ou da pós, se atua em clínica ou empresa, na escola ou nos movimentos sociais” (Cunha, 2010, p. 1).

Em alguns trechos, constrói-se uma interlocução direta entre editores e leitores da revista. O público é convidado a debater e ser autor de novos artigos, a fim de posicionar favoravelmente a temáticas academicamente relegadas.

4.2 A construção de uma narrativa de “Psicologia: Ensino & Formação”

Em sua primeira edição, a revista é caracterizada positivamente e descrita como uma *boa ideia*, uma vez que o debate sobre o ensino e a formação do psicólogo estava até então invisível e obstaculizado na comunidade acadêmica (CUNHA, 2010, p.1). Dessa forma, os editores atuam como narradores da história da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e constroem um discurso fundador do periódico. Como mostra o seguinte trecho:

[...] A história desta revista começou muito antes de alguém ter a boa ideia de publicar uma revista que tornasse visível o debate sobre o ensino de psicologia e a formação do psicólogo. [...]. Começou há pouco mais de dez anos, quando um grupo de professores e profissionais da área uniram-se para criar um fórum permanente de debates e mobilização política sobre a forma de Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Cunha, 2010, p.1).

Eles também constroem um histórico das transformações sofridas pela revista. Inicialmente de periodicidade quadrimestral, passou a ter edições semestrais logo no segundo ano de publicação, em razão do baixo número de submissões de manuscritos. Em 2015, novas transformações foram anunciadas pela equipe editorial, embora não fique claro se elas dizem respeito à periodicidade ou à organização de seções da revista. Atualmente, a revista conta com quatro grandes seções – Relatos de Experiência, Relatos de Pesquisa, Ensaios e Estudos Teóricos. Em 2011, foram abolidas as seções *Ressonâncias* e *Em debate*, nas quais eram divulgadas opiniões de leitores.

Os editoriais também podem ser entendidos como um dispositivo de controle da apresentação de temáticas de cada número da revista. Neste caso, seus editores preocupam-se com temáticas consideradas clássicas e contemporâneas e frequentemente destacam tópicos relacionados ao ensino e à aprendizagem, à formação e à atuação do profissional psi – como psicólogos, psiquiatras, psicanalistas e psicoterapeutas – aos objetos que devem ser prioritários em sua discussão, como Direitos Humanos. Eles descrevem, redefinem e atualizam o escopo da revista e os conteúdos publicados a cada edição.

4.3 Os enunciados ligados aos descritores “psicologia, formação em psicologia, ensino de psicologia e professor de psicologia”

Com base na análise realizada, considera-se que a psicologia é caracterizada como uma ciência e como um conjunto de práticas profissionais em comunidades. Na primeira dimensão, a psicologia é apresentada como um campo disciplinar multifacetado, fragmentado e diverso que deve ser ensinado a fim de se garantir uma formação crítica dos profissionais *psi* e da Educação. A discussão sobre a multiplicidade da psicologia é bastante frequente no estudo da epistemologia das ciências e questiona a possibilidade de existência de uma única ciência psicológica ou de diversos projetos disciplinares autônomos. Nos editoriais, embora a psicologia seja descrita como multifacetada, nega-se a possibilidade de um ecletismo psicológico – uma mistura de concepções teórico-metodológicas – e apontam-se os problemas que ele gera ao ensino da psicologia e à construção de uma identidade científica e profissional.

Na segunda perspectiva, afirma-se que a psicologia deve estar presente em diversos contextos, especialmente naqueles comunitários. Nesse sentido, ela deve formar cidadãos críticos e defender liberdades e direitos democráticos, atentando-se para o contexto sócio-histórico onde está inserida. As relações teoria-prática e pesquisa-formação devem servir como critérios de orientação para a graduação de psicólogos. Dentre as formas de presença da psicologia na sociedade, destaca-se a docência:

[...] A **Psicologia** bem como a variedade de temas que dela se originam, **está presente no dia a dia** e, em especial, **nas relações vividas no ambiente escolar**. Beneficiar-se dos conhecimentos da **Psicologia pode facilitar a convivência e o entendimento de demandas presentes em situações cotidianas**. [...] a **Psicologia repercute nas instituições escolares e nas famílias em diferentes âmbitos** [...] (Sarmiento, 2013, p. 1, grifos nossos).

Como professor e educador, argumenta-se que os psicólogos sejam profissionais engajados e dedicados às políticas públicas: ‘preocupados com a dimensão sócio-política da nossa atuação profissional e com o futuro dos nossos jovens e do nosso país’ (Cunha, 2010, p.1). Defende-se o ensino da psicologia na Educação Básica – principalmente, no Ensino Médio e na formação de profissionais em escolas técnicas –, ressaltando-o como um desafio.

É possível afirmar que o termo “formação em psicologia” é utilizado para identificar a formação inicial – cursos de graduação – em psicologia e o processo contínuo de especialização decorrente da atuação profissional. Em muitos trechos, as duas acepções são

consideradas como sinônimos. Sobre a graduação em psicologia, os editores destacam as dificuldades oriundas da amplitude temática e teórica – os compromissos políticos; as concepções de psicologia, sujeitos psicológicos e subjetividades – que deve estar disposta em uma grade curricular. Discute-se a rigidez dos currículos de graduação em psicologia e argumenta-se que a formação deve ser adequada a demandas específicas do exercício da profissão em diversas regiões do país. Além disso, levando em consideração o ensino de psicologia, argumentam que a formação deve dialogar com os diferentes níveis de ensino, a fim de se refletir sobre suas repercussões em diferentes cenários.

Nos editoriais, foram encontradas poucas referências ao “professor de psicologia”, um dos principais motes do periódico. Nessas menções, à docência é descrita como possibilidade profissional também para o graduado em psicologia, sendo que o debate sobre a constituição identitária docente também deve se tornar objeto de estudo para a comunidade acadêmica *psi*:

[...] os ‘condicionantes que estão na base da constituição identitária da profissão do professor’. Fundamenta sua análise tanto na docência como na profissão, na pesquisa sobre a docência em cursos de psicologia e na formação para docência. O contexto de atuação dos psicólogos-professores é analisado frente à problemática da identidade docente (Salles, 2014, p.3).

Nesse sentido, o ensino de psicologia é definido como prática social importante para a formação humana de jovens e de profissionais capacitados para refletir e alterar a situação problemática da sociedade brasileira. O ensino dessa disciplina mostra a importância da interdisciplinaridade na escolarização e a necessidade de uma formação mais ampla para a cidadania.

Considerações Finais

Este artigo reafirma a importância dos periódicos científicos como dispositivos para o debate acadêmico e as fontes de informação para certo público. Investigá-los favorece a compreensão da constituição de campos de conhecimento e o processo de circulação de saberes em uma comunidade de especialistas. Neste caso, o estudo com enfoque discursivo dos editoriais da revista “Psicologia: Ensino & Formação” permitiu caracterizar o público ao qual é dedicada a discussão sobre o ensino e a formação em psicologia e descrever a produção do conhecimento sobre essas temáticas no país.

A revista pesquisada é compreendida como sinal do esforço de institucionalização de um campo de debates sobre o ensino de psicologia. Esse esforço pode ser exemplificado pela publicação dos dossiês temáticos. Ela é reconhecida como estratégia de produção e de divulgação de conhecimento, a fim de fortalecer a área e divulgá-la amplamente. Os editoriais, escritos por especialistas reconhecidos, se constituem também como registro histórico da fundação e atividades da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia.

Os editoriais difundiram diversas concepções de psicologia, mostrando sua relação com as modalidades de graduação e sua presença da Educação Básica ao Ensino Superior. Faz-se necessário evidenciar que foram identificadas poucas menções ao “professor de psicologia”, tema basilar da publicação, provavelmente devido ao pequeno número de pesquisas sobre trabalho e identidade docente.

É necessário discutir criticamente a formação do professor de psicologia, a fim de se construírem políticas públicas educacionais que considerem as contribuições oriundas das diversas disciplinas para uma formação plenamente cidadã. Espera-se que este trabalho tenha contribuído para a reflexão sobre as formas de atuação do psicólogo na Educação e desperte novas pesquisas.

Referências

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2012.

ARAÚJO, A. Gêneros textuais acadêmicos: reflexões sobre metodologias de investigação. **Revista de Letras**, Curitiba, v. 1-2, n. 26, pp. 21-27, 2004.

BALTAR, M.; CERUTTI-RIZZATTI, M. E.; ZANDOMENEGO, D. **Leitura e produção textual acadêmica I**. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 148 p.

CRUZ, R. N. **A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo-exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade**. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CUNHA, E. K. Editorial. **Revista Psicologia: Ensino & Formação**, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 1-2, 2010.

CUNHA, E. K. Editorial. **Revista Psicologia: Ensino & Formação**, São Paulo, v. 1, n. 2, pp. 1, 2010.

GUNDLACH, H. A psicologia como ciência e como disciplina: o caso da Alemanha. In: ARAÚJO, S. F. (Org.). **História e Filosofia da Psicologia**: perspectivas contemporâneas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. pp. 133-165.

LEMOS, L. S. **A identidade do licenciado em Psicologia**: uma análise das regulamentações brasileiras entre 1962 e 2008. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MACHADO, L. A. Psicologia no Ensino Médio e Psicologia Escolar: história, diferenças e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 101-108, 2016.

MARINHO, M. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, pp. 363-386, 2010.

SALLES, L. M. F. Editorial. **Revista Psicologia: Ensino & Formação**, São Paulo, v. 5, n. 1, pp. 1-4, 2014.

SARMENTO, C. T. M. Editorial. **Revista Psicologia: Ensino & Formação**, São Paulo, v. 4, n. 2, pp. 1-2, 2013.

TURCI, D. A.; CIRINO, S. D.; LOURENÇO, E. A licenciatura na regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil: alguns apontamentos. In: XII ENCONTRO CLIO PSYCHÉ, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: UERJ/Instituto de Psicologia, 2016. pp. 133-135.

The training of the Psychology teacher: a study of the editorials of the journal “Psicologia: Ensino & Formação” between 2010 and 2015

Abstract: In Brazil, the history of psychology of education is marked by controversies in legislation and the organization of its educational system. In this context, there is little discussion about the undergraduate degree in Psychology – one of the degree’s options – and there is difficulty in defining the professional profile of Psychology graduates. This article presents a documentary research based on a corpus constructed from editorials of the journal “Psicologia: Ensino & Formação”, published by the Brazilian Association of Psychology Education (Abep, in Portuguese) between 2010 and 2015. The results highlight the discursive strategies used to construct the positions of the author and reader, and describe the statements related to the terms Psychology, Educational Psychology, Teaching Psychology, and psychology teacher presented in the editorials of this scientific journal. The aim is to contribute to contemporary reflection on the roles of psychologists in their dialogues with education.

Keywords: Teacher training; teaching. Psychology; bachelor’s degree in Psychology.

Recebido: 14 novembro 2024

Aprovado: 30 janeiro 2025